

O silêncio do MEC

> **Ministério não responde sobre projetos para as universidades. Reportagem enviou 14 e-mails para assessoria desde 1º de setembro, fora os telefonemas**

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

Desde o afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado, em maio, o Ministério da Educação sob o comando de Mendonça Filho não divulga seus planos para o ensino superior. Em entrevistas, o ministro limita-se a dizer que “programas importantes” não serão descontinuados. Na página eletrônica do MEC, não há qualquer documento novo que indique uma política para as universidades. Motivos mais que suficientes para deixar insegura a comunidade acadêmica.

Com a confirmação definitiva da nova gestão a partir do impeachment da presidente, em 31 de agosto, a Adufrj enviou seis perguntas, no dia seguinte, à Secretaria de Educação Superior (SESu) sobre recursos e projetos para as universidades federais. Em contatos com a assessoria, o número de questões chegou a ser reduzido a três. Até o fechamento desta edição, mesmo após 14 e-mails e vários telefonemas ao longo do período, não houve retorno de informações significativas.

ASSESSORIA TENTA JUSTIFICAR

A assessoria de comunicação do Ministério da Educação apresentou, por telefone, duas justificativas para a falta de respostas efetivas: a complicada agenda do secretário Paulo Barone e “as dificuldades normais dentro de uma transição de equipe”. Foi informado ainda que Barone estaria evitando declarações públicas, deixando as manifestações nas mídias para o ministro.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



MINISTRO Mendonça Filho ainda não anunciou planos do governo para as universidades federais

PLANOS “NÃO ESTÃO CLAROS”

Nem mesmo com interlocutores institucionais, o MEC mantém um diálogo transparente. Ângela Cruz, presidente da Andifes, afirma que os planos do novo governo “ainda não estão claros”: “Sabemos que há a intenção de reestruturação do ‘Ciência sem Fronteiras’, pois diferente dos programas de pós, (ele) ainda não precisa de uma avaliação”. Ainda assim, a dirigente demonstrou otimismo: “O que o MEC sinaliza querer rediscutir é mais autonomia para as universidades”.

Ela avalia que a manutenção dos recursos para as universidades federais depende do envolvimento da sociedade na agenda. “Essa não é uma luta apenas do ambiente acadêmico”, afirma.

A Andifes já se manifestou contrária à desvinculação constitucional dos recursos para Educação e Saúde (PEC). E, segundo a dirigente, em reunião com o novo governo, a entidade elencou como prioritária a política de assistência estudantil. “É fundamental a transformação do Pnaes (Plano Nacional de Assistência Estudantil) em lei federal”, afirmou.

AVALIAÇÃO DA UFRJ

O reitor da UFRJ, Roberto Leher, enfatiza a discordância do Consuni com o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Mas também diz manter a relação com o MEC nos marcos que regem as autarquias especiais, como a universidade, e o Estado. “Os salários dos servidores estão sendo pagos, os repasses de recursos aprovados na LOA de 2016 vêm sendo repassados com regularidade, inclusive com maior liberação de financeiro do que estava ocorrendo até abril de 2016, e os processos em curso no MCTI, agora MCTIC, estão sendo encaminhados nos trâmites usuais, mas sofrendo as consequências da queda de 50% do orçamento de 2016 em relação a 2015”, disse, por meio de nota.

Em relação às políticas educacionais, o reitor Leher demonstra preocupação com a possibilidade de inclusão da educação nas novas rodadas de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Resposta sem eficácia

> Para combater baixo desempenho no Ideb, ministro da Educação quer mudar ensino médio. Professores questionam medida e falta de infraestrutura

LILIAN DURÃES

lilian@adufRJ.org.br

O ensino médio não alcançou em 2015 as metas estabelecidas pelo governo, de acordo com a última aferição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para melhorar o desempenho dos estudantes, o ministro da Educação, Mendonça Filho, quer uma reformulação no currículo. Além da instituição da jornada integral. Professores, no entanto, não têm acordo com a proposta.

Mendonça Filho cobra urgência na tramitação do Projeto de Lei 6.840/2013, que prevê alterações nas diretrizes e bases da educação nacional, sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento (línguas, matemática, ciências da natureza e ciências humanas). Além disso, instituiu as chamadas “opções formativas”, grupo de disciplinas com ênfase em uma área de interesse escolhida pelo aluno, no último ano do Ensino Médio. Concluída esta etapa, mesmo já formado, o estudante também poderia voltar à escola e fazer mais um ano letivo, optando por outra área.

PROFESSORES QUESTIONAM PL

Na opinião da professora da Faculdade

Valter Campanato/Agência Brasil



VAI PIORAR. Reforma do currículo pode prejudicar formação dos alunos do ensino médio

de Educação da UFRJ, Vânia Motta, “a bandeira da educação integral é de longa data, mas (este projeto) não tem perspectiva de formação humana”. Ela completa: “No contexto da mercantilização, vão enxugar os currículos e eliminar disciplinas menos importantes para o mercado. Ocorrerá um corte de disciplinas fundamentais para a formação humana”.

Vânia crê que o verdadeiro problema é outro. Ela cita um estudo feito por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, que analisou

194.932 escolas brasileiras, com base no Censo Escolar de 2011. Os resultados indicaram que apenas 0,6% das escolas tinham infraestrutura próxima do adequado para o ensino — dispor de biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva e laboratório de ciências. Também foi apontado que só 44% das escolas possuíam água encanada, sanitário, energia elétrica e esgoto, condições classificadas como elementares.

Lígia Karam, também da Faculdade de Educação da UFRJ, reforça a necessidade de melhora da infraestrutura. “É preciso investir nas condições de trabalho do professor, dando o aporte e autonomia necessários para desenvolver um trabalho dentro do contexto socioeconômico dos alunos”, declarou.

Atualmente, o PL 6.840/2013 aguarda votação na Câmara dos Deputados. Se for aprovado, será encaminhado ao Senado.

E A PEC 241?

Ao mesmo tempo em que especialistas apontam que o grande problema na qualidade do ensino básico no Brasil está na infraestrutura abaixo do adequado, tramita na Câmara dos Deputados a PEC 241/16, a proposta de emenda constitucional que impõe um limite para os gastos públicos.

ADMINISTRADORA ESCLARECE SOBRE PLANO DE SAÚDE

■ Duas entidades disputaram o direito de cobrar mensalidades de segurados da Unimed — situação que acabou envolvendo o convênio firmado junto à Adufrj. A administradora Albuquerque/IBBCA, porém, esclarece que não haverá interrupção ou alteração da cobertura médica oferecida aos filiados da Seção Sindical. Basta que o segurado prossiga com o pa-

gamento dos boletos enviados pela própria IBBCA – Administradora de Benefícios.

“No dia 30 de junho de 2016, fomos surpreendidos com a decisão da Afisco em cancelar o contrato que mantinha há 20 anos com nossa Administradora. Reiteramos que o Grupo IBBCA e a Albuquerque Administradora mantêm parceria com outras entidades de classe de funcionários

públicos, o que garante a manutenção do seu Plano de Saúde Unimed-Rio e sua elegibilidade”, afirma a IBBCA, em nota. “Caso o Associado tenha pago a outra administradora, solicitamos contato urgente para que possamos esclarecer como proceder”, completa.

Os contatos são: (21) 3852-5938 e 98463-0886.

ERRAMOS: Diferentemente do publicado no Boletim da Adufrj nº 41 e na página eletrônica da Seção Sindical, Michel Balassiano — um dos criadores do Caronaê — considera ilegal a cobrança realizada por motoristas nos deslocamentos feitos a partir do aplicativo de caronas da comunidade universitária. No ponto de vista dele, não é ilegal uma eventual contribuição voluntária do passageiro.